

Aprendendo com experiências de pessoas LGBTI+ durante a Covid-19 em SP e RJ

Recomendações para profissionais, gestoras e gestores públicos e da sociedade civil para estratégias mais inclusivas e protetivas

Luan Cassal, Billy Tusker Haworth e Tiago de Paula Muniz
– Universidade de Manchester, Reino Unido

Esse relatório:

- Discute desafios e dificuldades vividas por pessoas da população LGBTI+ durante a pandemia de Covid-19 no Rio de Janeiro e em São Paulo;
- Identifica estratégias pessoais para redução de riscos de infecção, enfrentamento ao isolamento e cuidado em saúde;
- Destaca desigualdades na comunidade LGBTI+, mas também o reconhecimento da diversidade e práticas de solidariedade;
- Apresenta recomendações para políticas públicas inclusivas e intersetoriais, destacando a importância de centros de referência e cidadania LGBTI+ e o papel estratégico dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Resumo:

Esse relatório discute experiências de pessoas da população LGBTI+ (lésbicas, gay, bissexuais, travestis, transexuais, trans, intersexo e outras identidades sexuais e de gênero) durante a pandemia de Covid-19 em 2020. Além de ser historicamente atingida por violência, preconceito e discriminação, essa população também sofre de maneira desigual os efeitos da crise sanitária.

O grupo entrevistado, baseado em São Paulo e no Rio de Janeiro, relatou experiências de isolamento e sofrimento, restrições no acesso à saúde e ao trabalho e renda, e carência de respostas governamentais. Indicaram, por vezes, contradições na proteção contra a Covid-19, e desconhecimento de políticas públicas específicas. Entretanto, essas pessoas adotaram avaliações de risco sobre o contágio, acionaram organizações, redes e grupos de suporte da sociedade civil, e criaram rotinas para lidar com o isolamento.

Recomendamos priorizar o acesso de grupos vulnerabilizados a políticas públicas, planejadas de forma inclusiva e intersetorial, enquanto centros de referência e cidadania LGBTI+ precisam ser fortalecidos, ampliados e divulgados. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil podem pautar, pressionar e fiscalizar as ações do poder e produzir localmente informações sobre práticas seguras e protocolos de redução de danos.

Contexto

A população LGBTI+ no Brasil sofre com altos índices de violência, discriminação e crimes de ódio. Essa situação se agravou com políticas de desmonte neoliberal nos últimos anos (Irineu *et al.*, 2020; Benevides, 2020). Assim, a situação já era desfavorável quando da eclosão da pandemia de Covid-19, com nefastos efeitos sanitários, políticos e sociais. A pandemia exacerbou desigualdades estruturais em função de gênero e sexualidade (Oliveira *et al.*, 2020) e a falta de ações específicas para essa população (Benevides, 2020). Um relatório da Organização das Nações Unidas concluiu que as respostas governamentais à pandemia, globalmente, reproduziram e intensificaram padrões de discriminação e exclusão (Madrigal-Borloz, 2020).

Assim, são necessárias políticas públicas e ações específicas para proteção da população LGBTI+ e inclusão adequada nas respostas do poder público à Covid-19.

Método do estudo

Esse estudo analisa os relatos de 12 pessoas LGBTI+, entrevistadas pelo Zoom entre julho e novembro de 2020, durante e após o que se identifica como ‘primeira onda’ de casos da pandemia no Brasil; período em que surgiram as primeiras medidas de restrição instauradas pelos vários níveis de governo. Cada entrevista durou em média 60 minutos, captando em detalhes as histórias e vivências das e dos participantes.

As pessoas entrevistadas foram recrutadas através de divulgação na internet e indicações pessoais. Isso produziu recortes e restrições especialmente evidentes em termos de localidade, classe e gênero. Ainda assim, esta pesquisa pode contribuir para reivindicações legítimas de garantia de direitos da população LGBTI+ em situações de crise. As pessoas entrevistadas residiam em dois estados, Rio de Janeiro e São Paulo, tanto nas capitais quanto no interior.

Local de moradia:

Estado do Rio de Janeiro	5
Estado de São Paulo	7

A amostra foi majoritariamente de pessoas cisgêneras, com exceção de uma participante transfeminina.

Identidade de gênero:

Mulher cisgênero	3
Homem cisgênero	8
Pessoa transfeminina não-binária	1

Orientação Sexual:

Lésbica	3
Gay	7
Bissexual	2

Experiências trans estão portanto subrepresentadas, e no caso de transmasculinidades, invisibilizadas. Os relatos da pessoa trans entrevistada são analisados não como representante de todas as experiências trans, mas para destacar algumas vulnerabilidades associadas às identidades de gênero não normativas.

Principais impactos e desafios

• Saúde mental, isolamento e medo:

A saúde mental foi a principal preocupação da população LGBTI+ entrevistada nesta pandemia. Isolamento, medo e insegurança produziram ou agravaram experiências de sofrimento psíquico. Participantes relataram experiências de ansiedade, depressão, esgotamento e incerteza sobre o futuro, além de redução do desejo e prática sexual e dificuldade para manter rotinas saudáveis. Algumas pessoas passaram a morar com parceiras/os, mas o isolamento doméstico gerou tensões.

As limitações de uso dos espaços ao ar livre e serviços de apoio à comunidade LGBTI+ impediram a socialização, fator este reportado como essencial para lidar com sofrimento. Tais limitações agravaram a preocupação com pessoas próximas (amigas/os, companheiras/os, familiares), especialmente quando ocupando função de cuidado, seja regular ou ocasional, daquelas clinicamente vulneráveis.

O isolamento aumentou também o medo de violência e discriminação em situações como entregas em domicílio ou circulação em certos espaços públicos esvaziados. Por outro lado, a redução de circulação por vezes diminuiu a sensação de exposição à discriminação no ambiente público. Isso facilitou, por exemplo, o processo de transição de gênero de uma pessoa participante.

A recorrente preocupação com discriminação e preconceito, assim como a culpabilização e demonização da população LGBTI+, intensificam as experiências de sofrimento. Isso foi comparado com os impactos da epidemia de AIDS durante os anos 1980 nas questões de gênero e sexualidade. Notícias falsas e argumentos infundados multiplicaram associações de diversidade sexual e gênero e a disseminação da Covid-19 (cf Oliveira *et al.*, 2020; Benevides, 2020).

• Restrições no acesso à saúde:

Insegurança e medo foram sentidos quanto ao acesso aos serviços públicos de saúde. Entretanto, enquanto algumas pessoas tiveram tratamentos interrompidos, outras, graças a planos privados de saúde, puderam iniciar e manter processo de hormonização, evitar discriminação e continuar psicoterapia online. Isso demonstra desigualdades de classe no acesso a serviços de saúde nas populações LGBTI+.

• Desinformação e carência de respostas governamentais:

Diferentes práticas de proteção foram adotadas pelas pessoas entrevistadas, muitas vezes contraditórias e vindas de múltiplas fontes de informação. Isso foi agravado pela ausência de diretrizes unificadas e claras, e pelas respostas ineficazes do Governo Federal, que foi frequentemente criticado e alvo de baixo grau de confiança pela da população LGBTI+ entrevistada. Omissões, discursos discriminatórios, ou até mesmo contrários as práticas de resposta sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) produziram desconfiança, desconforto e, conseqüentemente, medo e incerteza quanto ao que fazer para se proteger da pandemia.

• Emprego e renda:

Pessoas de todos os tipos de emprego expressaram ansiedade em relação às perspectivas futuras de trabalho e renda, sendo

o setor das artes e cultura descrito como o mais afetado pela pandemia.

Significativamente, foi mencionado o medo do estigma e da discriminação relacionados às pessoas LGBTI+ no local de trabalho como um potencial obstáculo à futuras oportunidades de emprego.

Estratégias de enfrentamento pessoais

As pessoas entrevistadas adotaram diversas medidas para reduzir o risco de exposição e infecção, fazendo avaliações de risco individuais e/ou com pessoas próximas, já que não havia um protocolo claro e público de proteção. Criaram novas rotinas para lidar com os efeitos sociais, físicos e psíquicos do isolamento, incluindo: dietas, exercícios físicos e de lazer e socialização online. Psicoterapia online privada foi um suporte importante.

A socialização, o contato constante, a troca de experiências e o suporte mútuo foram ressaltados diversas vezes. Algumas pessoas tiveram mudanças na configuração do lar, voltando a morar com familiares ou colegas. Apesar de não terem sido negativas em si, essas mudanças geraram estresse pela pressão e velocidade com que aconteceram. Mas, ainda assim, ter companhia foi um dos carros chefes para enfrentar a pandemia.

Organizações, redes e grupos de suporte para população LGBTI+ foram importantes para esse momento*. Participantes engajavam em diferentes formas de suporte, através grupos de apoio, atividades culturais, *lives* e serviços de informação e atendimento. Algumas pessoas tinham atuação como profissionais ou voluntariado, proporcionando uma sensação de propósito de vida frente à crise.

Grupos e organizações da sociedade civil foram apontados como espaços de acolhimento de pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade, em especial econômica e doméstica. É importante ressaltar que os centros de referência e cidadania LGBTI+ dos governos municipais e estaduais de SP e RJ só foram mencionados por pessoas que já atuavam nas políticas públicas LGBTI+. Pessoas não diretamente envolvidas recorriam e/ou indicavam ONGs e/ou profissionais privados. Esse desconhecimento, em dois estados que contam com serviços públicos especializados há pelo menos uma década, é um dado preocupante.

Diversidade e solidariedade

Não existe uma experiência LGBTI+ universal, mas múltiplas histórias e condições de acordo com questões de classe, geração, raça/etnia, gênero, sexualidade, religiosidade, local e condições de moradia, entre outros. Ainda assim, algumas situações são compartilhadas, como o medo de violência e preconceito, a falta de acesso a serviços de saúde e a precariedade de vínculos de trabalho.

As pessoas entrevistadas demonstraram preocupação com a desproteção da imensa maioria da comunidade LGBTI+ e, em especial, pessoas trans, vitimadas por exclusão e violência. Mesmo quando não diretamente assistidas pelo auxílio-emergencial do Governo Federal, destacaram a necessidade de sua manutenção, extensão (de tempo), expansão (de pessoas assistidas), ampliação (de valor) e

qualificação (para melhor atender as pessoas LGBTI+). As pessoas entrevistadas reconheceram, em geral, sua posição privilegiada em termos econômicos e sociais, e destacaram que suas experiências não eram representativas de toda população.

Por outro lado, raça/etnia foi mencionada principalmente por pessoas que se identificavam como negras, sendo uma marca de pertencimento e partilha, mas também causa de preconceito e discriminação. A invisibilidade do racismo na sociedade brasileira ficou evidente. Portanto, a formação e o fortalecimento de comunidades e redes de solidariedade, considerando as desigualdades dentro da comunidade LGBTI+, são necessárias.

Finalmente, as pessoas participantes eram majoritariamente cis-gêneras, mas reconheceram a vulnerabilidade e os ataques sofridos por pessoas trans, parte ou não do seu círculo íntimo.

Portanto, é necessário considerar diversidade e desigualdade da população LGBTI+ nas respostas à pandemia e em ações futuras.

Recomendações

Para aperfeiçoar o cuidado e a assistência durante a pandemia de Covid-19 e além, esta pesquisa aponta a necessidade de:

- **Priorizar o acesso à saúde, trabalho e assistência social dos grupos mais vulnerabilizados:**

Pessoas LGBTI+ apresentam resistências para acesso a serviços por conta de preconceito e discriminação estruturais. A interrupção de atendimentos de saúde e assistência, além de trazer prejuízos diretos, dificulta a sua retomada e nova adesão a tratamentos. Além disso, programas e políticas intersetoriais (como de auxílio emergencial, de redução de jornada de trabalho e de teletrabalho) devem considerar as especificidades da população LGBTI+.

É necessário expandir a oferta de atenção psicossocial qualificada e especializada no SUS e no SUAS à essa comunidade, para lidar com os danos e perdas causados pela pandemia. Casas de acolhimento de pessoas LGBTI+ mantidas por movimentos sociais, ONGs ou poder público precisam ser garantidas e ampliadas, para proteger as pessoas em situação de rua, de violência doméstica ou em habitação precária, expostas a diversos riscos – inclusive à Covid-19. É preciso também garantir vínculos formais e estáveis de emprego de forma a reduzir a perseguição no ambiente de trabalho e impedir a demissão baseada em discriminação, principalmente em momentos de crise, como por meio de cotas para pessoas trans em seleções públicas.

- **Oferecer políticas públicas inclusivas:**

Políticas públicas não podem ser elaboradas como se todas as pessoas fossem (e devessem ser) heterossexuais e cisgênero. O medo de acessar serviços públicos precisa ser enfrentado, por exemplo, através de campanhas informativas e treinamentos de sensibilização e capacitação profissional em orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais, baseados na realidade local dos serviços e setores

públicos. As coordenações LGBTI+ (ou equivalentes) de prefeituras e Estados devem liderar esse processo, usando a experiência e capacidade dos quadros técnicos dos centros de referência e cidadania LGBTI+. Esses treinamentos terão mais efeitos a longo prazo quanto maior a estabilidade de profissionais nesses serviços. Além disso, as coordenações LGBTI+ devem ter participação em comissões para formulação de respostas à pandemia, garantindo a representatividade dessa população em ações gerais.

Os movimentos sociais LGBTI+ têm um papel fundamental na cobrança e fiscalização desse trabalho, inclusive pressionando por decretos e leis locais que garantam a continuidade dos serviços e políticas, e a instalação e participação em conselhos permanentes de direitos e políticas públicas LGBTI+. Além disso, a criação de ações específicas em termos de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e território pode aumentar o impacto e o engajamento das comunidades.

Por fim, as redes de apoio formadas a partir de serviços, ONGs, movimentos sociais e coletivos culturais mostrou-se importante na manutenção de saúde física e mental, redução de isolamento, e enfrentamento de vulnerabilidade socioeconômica. Vale lembrar que o isolamento social já era uma realidade para parte da comunidade LGBTI+ antes da pandemia, por conta de violência e discriminação, e que foi intensificada nesse período (Oliveira *et al.*, 2020).

• **Ampliação da divulgação, acesso e atendimento seguro em centros de referência e cidadania LGBTI+:**

Os dois estados estudados contam com um número considerável de Centros de Cidadania e/ou Referência para população LGBTI+, geridos e/ou financiados pelo poder público. Porém, foram ignorados ou subestimados como espaços de suporte, enquanto casas de acolhimento mantidas por movimentos sociais ganharam destaque mesmo quando não acessadas.

É necessário entender as razões para essa diferença, considerando estratégias de comunicação e a instabilidade do funcionamento dos serviços públicos por questões políticas e econômicas mesmo antes da pandemia. É prioritário garantir a continuidade e expansão desses centros no contexto pandêmico, de forma segura para profissionais, usuárias e usuários. Por exemplo, através do uso de espaços ao ar livre ou ventilados; distribuição de máscaras e álcool em gel; aumento da equipe para oferta de atendimentos individuais; distanciamento físico; deslocamento de profissionais clinicamente vulneráveis para funções à distância; e criação de comitês com profissionais, gestão e usuárias e usuários para avaliar a segurança do funcionamento conforme cada momento da pandemia.

• **Redução de danos, administração de riscos e divulgação de informação:**

Protocolos de redução de danos e de administração de riscos para prevenção da infecção e transmissão da Covid-19 devem ser unificados, evitando confusão e desconfiança. Considerando que *lockdown*, quarentena e toque de recolher são também regulados por Estados e municípios, são necessários protocolos atualizados das restrições locais. Tanto Centros de Cidadania e Referência LGBTI+ quanto

movimentos sociais podem ser fontes confiáveis e seguras de informação para essa população, adaptando as boas práticas recomendadas por referências internacionais (como a OMS). Dessa forma, a elaboração e divulgação de manuais sobre atividades laborais, de saúde e de cuidado podem ajudar a reduzir a transmissão.

Além disso, materiais sobre direitos humanos, redução de danos no uso de substâncias psicoativas e em práticas sexuais são imensas contribuições para administrar os riscos e reduzir o contágio. Já existem algumas referências nesse sentido (SEXVID, 2021; ANTRA, 2021), mas ainda insuficientes por conta de políticas limitantes baseadas em relacionamentos heterossexuais por pessoas cisgênero. Finalmente, universidades e conselhos profissionais podem assessorar ONGs, movimentos sociais e centros de referência na elaboração de tais documentos.

Referências:

- ANTRA (2021). *Cartilhas e manuais*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/cartilhas/>
- Benevides, B. (2020). *Situação das pessoas Afro LGBTI+ durante a crise sanitária gerada pelo Covid-19 no Brasil*. ANTRA. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/SexualOrientation/IESOGI-COVID-19/CSOs/ANTRA.pdf>
- Irineu, B., Oliveira, B.A. & Lacerda, M.C. (2020). Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: Irineu, Bruna et al. *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*. Salvador: Editora Devires, p. 98-115.
- Madrigal-Borloz, V. (2020). *Report on the impact of the Covid-19 Pandemic on the human rights of LGBT persons*. United Nations. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/SexualOrientationGender/Pages/C-OVID19Report.aspx>
- Oliveira, F., Carvalho, H. & Jesus, J.G. (2020). LGBTI+ em tempos de Pandemia de Covid-19. *Diversitates International Journal*, 12(11): 60-94.
- SEXVID. (2021). *Sexualidades e Gestão de Risco no Contexto da Pandemia de Covid-19*. Disponível em: <https://www.pesquisasexvid.com/>

*Confira uma lista em: <https://www.abglt.org/mapa-da-cidadania>.

O PROJETO

Esse relatório é foi produzido como parte do projeto “Experiências LGBTI+ durante a pandemia do Covid-19”, que recebeu financiamento pelo edital *ESRC Impact Acceleration*, e integra o programa de pesquisa coordenado pelo professor Billy Haworth sobre experiências de pessoas LGBTI+ em desastres. Saiba mais em: <https://billyhaworth.com/projeto-lgbti-e-covid-19/>

OS AUTORES

Luan Cassal é assistente de pesquisa e doutorando em Educação na Universidade de Manchester. Email: cassal@manchester.ac.uk

Billy Tusker Haworth é professor de Gestão Internacional de Desastres no Instituto de Conflitos e Resposta Humanitária da Universidade de Manchester. Email: billy.haworth@manchester.ac.uk

Tiago de Paula Muniz é assistente de pesquisa no projeto LGBTI+ e Covid-19, Universidade de Manchester.